

Antropologia Portuguesa

Volume 20/21
2003/2004

Departamento de Antropologia | Universidade de Coimbra

(A) Negociação da identidade nos grupos de auto-ajuda: o caso das Famílias Anónimas¹

Catarina Frois²

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Lisboa, Portugal

catarina.frois@netcabo.pt, www.catarinafrois.net

Resumo Propõe-se uma abordagem ao estudo das Famílias Anónimas sob duas vertentes intrinsecamente interligadas. Por um lado, compreender de que forma é que fazer-se parte de um grupo de Famílias Anónimas se apresenta como uma aprendizagem e com encontrar um “novo modo de vida”, processo este de profunda negociação identitária. Por outro lado, e subjacente a esta questão, procuraremos mostrar como o anonimato, analisado especificamente à luz deste contexto e sendo uma das regras da organização, se constitui como uma forma de conceptualizar a gestão da informação que os indivíduos fazem de si próprios face aos outros.

Palavras-chave Identidade; anonimato; Famílias Anónimas.

Abstract We propose an approach to the study of Families Anonymous following two intrinsically interconnected issues. On the one hand, to understand how being part of a Families Anonymous group implies a learning process and also as the disclosure of a ‘new way of life’, being the latter a process of intense identity negotiation. On the other hand, and underlying this question, we intend to show how anonymity, specifically analysed in this context and being one of the rules of this form of organisation, presents itself as a way of conceptualising the management of the information which each individual makes of him/herself in regards to others.

Key words Identity; anonymity; Families Anonymous.

¹ Este artigo foi elaborado em 2003.

² Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

– *Veio cá a semana passada?*

– *Não, não vim.*

– *Ah ... então não falou ...*

(Excerto de conversa tida com um membro de FA no início de uma reunião)

O meu trabalho junto das Famílias Anónimas teve o seu início em Novembro de 2002 e “terminou” em Julho de 2003. Através de “uma amiga que conhecia uma amiga” tomei conhecimento do horário das reuniões e, no dia, hora e local que constavam no folheto, lá estava eu, pronta a iniciar a minha investigação no terreno.

Recebi, inicialmente, alguns olhares desconfiados. *“Bem, temos que decidir em grupo, mas não espere cá fora, venha para dentro connosco.”* Algumas pessoas objectaram imediatamente, balbuciando uns tímidos “isto é anónimo ...”. Uma das senhoras, disse logo “que não, então pois claro, já tivemos aqui assistentes sociais, você não se esqueça é que isto é anónimo, portanto nunca pode dizer o nome das pessoas que aqui estão”. Assenti e por ali fiquei. Após a identificação de todos os membros, pediram-me que dissesse o meu nome. Eu, a “visita”.

Foi com grato prazer que constatei que a partir da terceira reunião eu já não era “visita”, era apenas a Catarina. Algumas das pessoas que entretanto foram participando nas reuniões nem chegaram a saber que eu ali estava como antropóloga; partiram do princípio que fazia parte do grupo mas que me mantinha em silêncio, ao contrário do que todos os membros fazem. Verifiquei que a minha presença, mais do que tolerada, estava a ser aceite pelo grupo, não só porque não era sentida como desconfortável mas porque ao longo do tempo, não era apenas eu que “metia” conversa: constatava que aos poucos algumas das pessoas se vinham aproximando, principalmente aqueles com quem eu já tinha realizado entrevistas. Um dia, porém, após serem feitas as leituras iniciais, a pessoa que estava a coordenar a reunião pediu-me que fizesse também, em voz alta e como qualquer um dos outros membros, a leitura do dia. Aos poucos, foi-se manifestando o desejo de que eu, de alguma forma, “fizesse parte”.

Esta solicitação deu origem a uma série de reflexões que estão na origem deste texto e que se podem resumir do seguinte modo: o que é ser-se um membro de FA? De que forma se faz essa aprendizagem recorrendo

um discurso que neste contexto está legitimado e é hegemónico? E que importância tem o anonimato para o grupo e seus membros?

Famílias Anónimas

As *Famílias Anónimas* (FA) são uma organização existente em Portugal desde meados da década de 80 e que se define como Irmandade ou Associação sem fins lucrativos, com estatuto e organização próprias, em que indivíduos se reúnem para, através da identificação e narrativa de sentimentos e situações comuns, “tratarem” de problemas de adicção, nomeadamente toxicoddependência de familiares e sua própria co-dependência em relação a eles³. Nesta organização segue-se o chamado Modelo Minnesota ou de 12 Passos, adaptado dos Alcoólicos Anónimos. Segundo os seus membros, os 12 Passos são “etapas” ou “princípios” pelos quais um indivíduo deve passar para conseguir, gradualmente, chegar a uma situação de estabilidade quer física quer emocional relativamente ao problema com que está a lidar. Em complemento com as 12 Tradições (normas pelas quais o grupo se deve reger), são a base desta associação (Families Anonymous, 1991).

Este modelo não é exclusivo das FA é comum a uma série de organizações que têm como característica o facto de se designarem como “anónimas” bem como preservarem o anonimato dos seus membros. Através dos 12 Passos e das 12 Tradições constituiu-se uma estrutura que, na sua generalidade, é não só muito complexa como abrange as mais variadas áreas da nossa sociedade: os Alcoólicos Anónimos (alcoolismo); os Narcóticos Anónimos (dependentes de substâncias químicas) e os Jogadores Anónimos (problemas com o jogo).

Cada associação é composta por grupos, subgrupos, comissões ou conselhos de serviço (para os mais variados fins - informação pública, informação de actividades internas, regulamento e funcionamento dos vários grupos) e cada grupo é responsável por organizar uma reunião⁴

³ Para uma reflexão sobre (toxico)dependência(s) (Valentim, 1998) e, especificamente, sobre adicção vide Davies (1997).

⁴ Utilizamos a qui o termo “reunião” uma vez que é o utilizado pelos membros dos grupos anónimos, que pode também ser substituído por “salas”.

semanal na zona onde se encontra. As reuniões são efectuadas em diversos locais, tendo sido observada uma preferência por centros paroquiais e igrejas e com uma preocupação de não ser um lugar “exposto”, na medida em que exista uma suficiente discrição daqueles que ali se dirigem. Observa-se, contudo, que a escolha do local da reunião está talvez mais relacionada com a disponibilidade (e aceitação das entidades) de salas vagas para sua ocupação do que propriamente com questões de outra natureza.

Como nos diz V. a propósito do local de reunião onde vai:

“A sala de ... é muito boa porque ali entram drogados [Narcóticos Anónimos], entram bêbedos [Alcoólicos Anónimos], entra tudo, porque há muitas reuniões ali, os grupos uns vão para um lado outros vão para o outro; não se sabe o que é que aquela gente ali vai fazer. Na nossa reunião, às vezes ao mesmo tempo [no mesmo local] está lá o grupo folclórico, está lá tudo.”

A par de “cargos” que são mantidos por membros escolhidos dentro do grupo (a estes membros é dada a designação de “servidores de confiança”) e que asseguram a sua manutenção e funcionamento enquanto tal, a reunião está aberta a todos os membros de FA que não desempenhem ali qualquer função e que estejam presentes apenas como participantes.

O início da reunião é marcado pela afluência dispersa dos vários membros, que frequentemente chegam em grupos de dois ou de três, partilhando o mesmo meio de transporte (pode existir um sistema de “boleias” que é feito por contactos entre os membros). À chegada, percebe-se que são pessoas já com alguma intimidade e, mesmo quando a não têm (por exemplo, com um membro que raramente frequenta aquele local de reunião), o cumprimento é feito com a mesma naturalidade. São, na sua maioria, pessoas com idades entre os 40 e os 65 anos e do sexo feminino.

As tarefas são realizadas em torno da mesa⁵: colocar cadeiras em número suficiente para os membros que estão presentes e aqueles que se pensa poderem vir assistir, dispor a literatura em cima da mesa e alguma que é posta nas paredes. Posteriormente, o coordenador dá início à reunião através da leitura de um “guia sugerido para as reuniões” (folheto espe-

⁵ A forma como estão dispostos os membros, a mesa e o coordenador varia de reunião para reunião, obedecendo apenas a critérios relacionados com o espaço da sala em si.

cífico que é utilizado por todos os grupos) e que inicia com a Oração da Serenidade⁶ feita em conjunto e em voz alta. Em seguida, o coordenador pede para os membros se apresentarem, um de cada vez e no sentido dos ponteiros do relógio, dizendo o seu nome próprio, enquanto escreve numa folha para o efeito o nome de todos os participantes (a cada membro que chega depois desta apresentação inicial é pedido que faça esta mesma apresentação).

Anuncia em seguida as regras da reunião (duração de 90 minutos, com o seu *terminus* às ... horas) e pede a cada um para falar na sua vez, nunca durante mais de 3 minutos para que todos os que o desejam possam intervir, tendo apenas que levantar o braço para solicitar o uso da palavra. Pergunta ainda se existe algum membro “novo” ou um visitante. Por novo membro entende-se que é a pessoa que está a assistir a uma reunião de FA (aquela ou outra qualquer) pela primeira vez. Caso exista algum presente, é-lhe explicado que ele é a pessoa mais importante naquela sala, pelo que é pedido que não intervenha ao longo de toda a reunião para que possa escutar aquilo que os outros membros têm para dizer e são-lhe reservados os últimos 30 minutos, altura em que toda a atenção lhe é dirigida.

Em todas as reuniões existe um tema sobre o qual um convidado faz uma exposição⁷ tendo por base a sua experiência pessoal e, na ausência de um convidado e de tema, são feitas propostas pelos vários membros que, em conjunto, decidem qual o tópico⁸ dessa reunião. Independentemente destas circunstâncias, de uma forma geral, o tema está já pré-definido, assim como as leituras que são feitas no início da reunião (o coordenador vai escolhendo na altura e com os membros presentes quem as fará em voz alta) e que convidam a uma reflexão que cada um faz para si próprio.

Existindo um convidado, como foi dito anteriormente, este faz a sua apresentação, referindo-se apenas a si próprio e aos acontecimentos que lhe têm ocorrido relativamente à adicção do(s) seu(s) familiar(es) e aos

⁶ Oração da Serenidade: “Concedei-me Senhor a Serenidade para aceitar as coisas que não posso modificar, Coragem para modificar as que posso e Sabedoria para distinguir umas das outras.”

⁷ A esta exposição, bem como às intervenções dos diversos membros dá-se o nome de “partilha”, ou seja, cada um partilha com os outros a sua experiência pessoal, dando um pouco de si mesmo àqueles que o ouvem.

⁸ Damos aqui alguns exemplos de temas falados nas reuniões: “Medo”, “Fé”, “Serenidade” ...

problemas que tem tido a este respeito. Após esta exposição, cada um dos presentes intervém, referindo-se ou não ao que ouviu anteriormente. Na maior parte das vezes, as exposições têm um carácter pessoal e uma carga emotiva muito forte. Chegados ao fim do tempo estipulado, o coordenador volta a ler o “guia”, pergunta se o secretário tem alguma comunicação de outros grupos a fazer, faz passar o saco das contribuições por todos os membros, relembra a 12ª Tradição das FA referente ao anonimato, lê um cartaz que está em cima da mesa e que diz “Quem você vê aqui, o que você ouviu aqui, quando sair daqui, deixe que fique aqui” e a reunião é dada por terminada quando, todos de pé e de mãos dadas numa roda, dizem a Oração da Serenidade e dizem em seguida: “Volta que isto resulta, se tu trabalhares o programa!”

A sala é então colocada na disposição inicial sem que seja deixado qualquer vestígio da passagem pelo grupo ali. Quando é necessário, o membro encarregue da literatura (ou outro membro que tenha a seu cargo esta função) vai ter com o recém-chegado facultando-lhe informação que considera importante para que este adquira um melhor conhecimento não só do programa das FA mas também do problema da adicção.

Como tornar-se “um FA”

É importante termos em consideração que o ser-se membro de FA é todo um processo de aprendizagem, isto é, não é algo de inato nos indivíduos ou que eles saibam *a priori* mesmo antes de ali terem chegado. A percepção quer da organização e estrutura de funcionamento de FA, quer da forma como aprendem a expor os seus problemas e o tipo de linguagem que é ali utilizada, é parte integrante desta mesma experiência.

A chegada a um grupo e a uma reunião específica é, não poucas vezes, marcada por algum conflito: uma vez que conhecem a associação, na maior parte dos casos, por “portas travessas”, ou seja, *alguém que sabe de alguém* que tem um problema semelhante e que vai “àquelas reuniões”. Há, à partida alguma desconfiança que se intensifica por, como já foi dito anteriormente, os locais das reuniões serem principalmente igrejas ou locais relacionados. A reacção inicial da maior parte daqueles que ali vão é de que estão perante uma seita que promete uma qualquer cura para

os seus filhos; no entanto, e dado o desespero que sentem (e também por, na maior parte dos casos, terem já tentado várias alternativas), insistem em ficar. O facto de entrarem numa sala onde as pessoas se riem e falam abertamente dos seus problemas é também motivo de algum desconforto inicial:

“Eu pensava que aquilo era tudo gente maluca! Então com problemas tão graves e aquela gente estava-se ali a rir! Decidi ficar porque sou boa aluna e disseram-me para não desistir logo, para frequentar pelo menos 6 reuniões, mas foi um grande choque!” (M.A., Março de 2003).

Ao longo das entrevistas efectuadas, aconteceu várias vezes alguns membros contarem como já tinham conhecido FA no passado mas não se tinham conseguido adequar ao que ali se passava. A estranheza do sítio e a conotação com o religioso, o facto de se fazerem leituras por um livro específico com o qual não têm familiaridade, o falar-se abertamente de um problema que é estigmatizante, são factores que podem provocar alguma repulsa inicial.

O 1º Passo, “Admitimos que éramos impotentes perante as drogas e as vidas dos outros - que as *nossas* vidas se tinham tornado ingovernáveis” (Families Anonymous, 1991), é considerado como que o “mote” para o início de uma “recuperação”⁹.

Os membros recém-chegados podem oferecer resistência a toda uma série de elementos que considerem perturbadores mas é geralmente sem dificuldade que interiorizam esta nova perspectiva. Sentem-se realmente incapazes quer perante a adicção dos seus filhos, quer perante a sua necessidade de controlar: encontram aqui um conforto, uma forma de entendimento do problema que ali os levou. Se inicialmente são consideradas as “pessoas mais importantes”, aquelas que mais precisam de ajuda, após terem ouvido os testemunhos dos membros presentes numa reunião, é-lhes concedido um período de tempo para que possam expor o seu caso sem reservas ou limitações. Neste momento opera-se o início de uma transformação no modo como este indivíduo estava habituado a lidar com o problema junto de outras pessoas: sem ter que se esconder ou

⁹ É frequente alguns membros falarem de si próprios como co-dependentes sofrendo, portanto, de uma doença que se manifesta no comportamento que têm face aos seus familiares.

sentir vergonha, este convite a uma “partilha” dos seus problemas, fá-lo sentir não só aceite como tal mas compreendido.

A existência de literatura específica de FA, num discurso de fácil compreensão e apelativo por se dirigir concretamente a quem o lê (como se apenas para ele tivesse sido escrito mas sempre com o “espírito de grupo” subjacente) revela-se de uma importância fundamental na introdução do novo membro. O “estudo” e o “trabalho” dos 12 Passos e das 12 Tradições, bem como uma familiarização com a literatura da associação, não só se reveste de particular importância na inserção do novo membro como é um dos componentes mais importantes dessa mesma integração e assimilação do programa. Através desta literatura, sugerida através de folhetos, manuais, do livro de meditação ou de um jornal da associação, os membros têm acesso a toda a filosofia que servirá de explicação e de um processo de reinterpretação não só de um experiencial vivido mas também de um processo de transformação da própria pessoa:

“Eu mudei muito: tornei-me uma pessoa muito mais inteira; é um programa de vida: mudança de vida, mudança de atitudes, mudança de ver as outras pessoas ...” (A., Março 2003).

O facto de ouvirem histórias semelhantes à sua, contadas pelos próprios, é igualmente uma forma de encorajamento a participar e até de ter alguma “esperança” no futuro. A forma como são contados os relatos na primeira pessoa fazem também parte da aprendizagem do que é *fazer-se parte* das FA: durante uma reunião, como já foi dito, há uma intervenção principal, feita por um membro e sobre um tema específico. Esta intervenção dura, geralmente, 30 minutos, pelo que no tempo restante de reunião, os outros membros são convidados a participar também. Ao recém-chegado é-lhe pedido que fale no fim. Geralmente esta primeira intervenção do novo membro é feita de uma forma perturbada quando comparada com as restantes: as pessoas não sabem por onde começar a contar a sua história, têm tendência a considerar sempre que o seu caso é pior do que todos os outros ali apresentados, falam apressadamente, misturam vários assuntos ao mesmo tempo, choram, emocionam-se, pedem desculpa por chorar, que não aguentam; carregam culpa e vergonha e assumem-no, pela primeira vez perante outros. Na maior parte dos casos pedem ajuda para resolver o problema do seu filho, uma cura.

Nesta fase, podemos considerar que estas pessoas não sendo ainda “verdadeiros” membros, são-no já, no entanto, potenciais; ou seja, a partir do momento em que contam a sua história, os restantes participantes sentem existir uma “identificação”, pelo que essa pessoa é convidada a assistir a mais sessões para que venha a apre(e)nder a filosofia do grupo. Assumir publicamente que se perdeu o controlo da situação e pedir ajuda a outros para resolver o problema, é meio caminho andado para que se venha a ter uma integração plena nesta associação.

A forma como são feitas as intervenções ilustra este processo de aprendizagem, interiorização e racionalização do que é ser-se um membro de FA. Não sendo um projecto/processo óbvio ou que esteja explícito, reconhecemos que existe um padrão nas exposições e nos comportamentos dos vários membros em grupo. Este processo passa não só pelo uso de novos/velhos termos que expliquem as situações pelas quais estas pessoas passam mas, de igual modo, pela forma como os expõem, revivendo/recorrendo mentalmente a todo um passado que poderia ser considerado como o “antes” e “depois” de ter conhecido o “programa”. Esta é aliás uma das expressões que é mais comum ouvir-se durante uma reunião: “desde que cheguei aqui ...”; “aqui eu encontrei ...”¹⁰.

Ao falar de novos/velhos termos utilizados, refiro-me ao uso de palavras ou expressões que, neste contexto, não só assumem novos significados e interpretações mas são, daí em diante, utilizados quase como “lemas” e cuja importância é partilhada por todos de igual forma. Palavras como “serenidade”, “honestidade”, “impotência”; expressões como “mantenha-o simples”, “um dia de cada vez”, são referentes comuns a todos os membros e que ali adquirem um novo significado, uma outra forma de entendimento.

A exposição das histórias pessoais é também marcada por esta mesma racionalização dos acontecimentos e por uma evolução. Ao embarçamento da voz sucede-se a autoconfiança, a interpretação e explicação das situações vividas à luz desta nova filosofia e deste grupo de que vão, aos poucos, fazendo parte. Seja durante uma intervenção principal ou por uma intervenção feita ao longo da reunião, existe um padrão que é, na

¹⁰ Não estando nós aqui a falar de processos de conversão no sentido que é normalmente atribuído a este processo, salienta-se o trabalho de Prat (1997) sobre seitas religiosas, nomeadamente junto dos Hare Krisna.

maioria dos casos, obedecido: a pessoa diz o seu nome, refere o tempo de frequência de FA e, em seguida, faz alusão ao tempo de recuperação do seu filho ou, caso este continue a ter problemas com drogas, diz o estado em que o filho está. Vejamos um exemplo: “*Sou o Pedro, frequento FA há 3 anos e sou pai de um adicto que está em recuperação há 2 anos.*” ou “*Sou a Maria, frequento FA há 7 anos e tenho uma filha que vive na rua.*” Dito isto, normalmente o membro refere-se a si próprio tendo em mente o que ouviu durante a reunião e referindo-se à si próprio, à sua própria experiência e ao seu passado.

Este recurso à memória¹¹ é permanente e integra um eixo fundamental relativamente ao modo como os membros se situam a si próprios na sua vida e por relação ao programa e à frequência de FA.

As constantes visitas a um passado, próximo ou distante, mas que, estando ultrapassado, é revivido de cada vez que há um intervenção, e que é não só individual, mas ganha neste contexto uma dimensão que poderíamos dizer de colectiva, são a base da forma como estas pessoas se integram no grupo, se definem a si próprias e se vão reconstruindo, reinterpretando e racionalizando as suas experiências, num espaço sentido como de comunhão e pleno de significado. Paul Antze (1996:10) afirma:

“As memórias aparecem-nos inesperadamente, não como meros registos do passado mas como respostas às nossas necessidades, expectativas e circunstâncias. (...) Grande parte do nosso quotidiano mental é informado por um complexo intercâmbio metafórico entre o passado e o presente. O passado assume a sua relevância, não como uma série de causas indistintas para o que somos hoje, mas como um conjunto de metáforas envolventes ou protótipos, que condicionam as nossas experiências e comportamentos presentes.”

O caso que estamos a estudar assenta num modelo terapêutico que está subjacente na forma como cada pessoa se integra em determinado grupo de FA, os motivos que ali a levam, no modo como apreende a filosofia da organização e a adopta para si mesmo, ambicionando, mais do que “respostas” ou explicações para/em si próprio, uma outra forma de viver,

¹¹ Não entraremos aqui a fundo nas questões referentes ao recurso à memória e seus “usos terapêuticos”, no entanto, um trabalho a salientar, pela sua interdisciplinaridade, pode ser encontrado em Antze (1996).

de se relacionar com os outros e em sociedade. Ao contrário daquilo que é usual encontrarmos quando falamos de *terapia*, aqui não existe a intervenção de técnicos especializados para o efeito: considera-se que o facto de se “estar entre iguais” é condição para que exista um entendimento das questões abordadas, não existindo uma dimensão *profissionalizante* mas sim de trabalho individual de cada um inserido neste colectivo.

Importante a passagem do trabalho de Luís Quintais (2000:994) em que vemos como o mesmo tipo de situação se desenrola, ainda que sob outro pretexto e com reconhecimento a um nível médico do problema:

“Trata-se de um conjunto de homens com percursos díspares, mas que, à medida que o processo terapêutico vai evoluindo durante os seis meses em que se desdobram em sessões de psicoterapia de grupo, se vão constituindo como uma espécie de pequena comunidade que se equaciona à luz de problemas comuns.”

Esta *terapia*, assenta sobretudo na narrativa oral, na troca de experiências, no adquirir de novos modelos interpretativos; a par com uma interiorização que é feita progressivamente à medida que cada membro se vai sentindo como “parte” da associação, de que ele necessitava, ainda que muitas vezes sem o saber, desta ajuda. É frequente ouvir-se alguns membros dizer que não eram só os filhos que estavam doentes, também eles o estavam e só ali, em contacto com o *programa*, através do estudo dos Passos, das Tradições e da restante literatura disponível, se aperceberam desse seu problema. Michael Kenny (1996:167) refere, equacionando a questão do trauma, da terapia e da doença: “A terapia transforma-se mais claramente num processo criativo que confere significado a um sofrimento de outro modo incoerente. (...) A imagem do rito de passagem torna-se aqui apropriada e é mesmo frequente a sua utilização na própria literatura terapêutica. Há um certo número de “passos”no processo da cura; existem certos “rituais” de passagem.”

Este recurso à memória vai também sendo dotado de novos contornos, novos elementos explicativos que o membro adquire não só através do reconhecimento do seu problema mas, de igual modo, da forma como se vai conhecendo a si próprio, existindo uma variação na forma como o próprio passado é encarado. Como já foi referido anteriormente, se no início da sua frequência de reuniões, as pessoas estão confusas,

envergonhadas, procuram explicações para o que sucede nas suas vidas (e das suas famílias), com o tempo, o passado é revisitado de uma forma mais racional, já explicativa não só de quem a pessoa é e o que faz ali, mas adquirido também um carácter de afirmação e até, nalguns casos, de orgulho pessoal. Isto verifica-se no modo como é frequente ouvirem-se repetições, ao longo das intervenções que são feitas semanalmente, de histórias individuais contadas na primeira pessoa, expressões que já foram utilizadas; ou seja, através desta mesma repetição constatamos não só que existiu um processo de interiorização mas de necessidade dessa mesma explicação para que o próprio sujeito se definisse a si próprio.

Vemos assim a importância do grupo *per se*, ou seja, este processo ganha um significado ainda mais pertinente se o pensarmos num colectivo, um trabalho individual, feito dentro de um grupo e que apenas nele tem sentido, isto é, por relação a um outro. Trata-se de uma busca de afirmação/confirmação, de uma forma de reconhecimento perante o outro que, por sua vez, faz parte da forma como nos definimos a nós. Paul Antze (2003:151), no seu trabalho junto dos Alcoólicos Anónimos refere “O grupo parece desempenhar as funções sociais e psicológicas mais importantes da religião com algum sucesso: dá aos seus membros uma identidade e sentido de vida, e integra-os numa comunidade.”

Este processo está relacionado não só com a forma como o membro se identifica com as outras pessoas dentro e fora do grupo mas também consigo mesmo, o que nos faz pensar que existe uma extrema *consciência* de si próprio, de quem é, de quem pode ser neste ou naquele contexto. Reconhece-se neste ponto a importância da performance, entendida como multiplicidade de várias expressões do quotidiano, ou - no mesmo sentido, mas por outras palavras – como representação de um “particular” inscrito num dado momento e que, num dado contexto, assumem uma importância notória no desenrolar de toda a acção e na forma como é apreendida por quem dela participa e a integra.

Falamos de construção ou de passagem para uma nova identidade, marcada pela experiência passada, o que se era antes de se chegar a FA, pelo que se é hoje, “vivendo” e “aplicando” o programa e à luz do qual interpretam e avaliam as suas vidas. Mas falamos, de igual modo, de ambiguidade, de algo que sendo real, não existe em permanência, ou seja, a pessoa que está em FA não é a mesma que está fora dela. Existe como que uma separação do que se é em contexto de grupo de FA e o que se é fora dele.

Os membros pertencentes a FA pretendem agir sem que os elementos que lhes dão um significado social fora dali, sejam entendidos como factor de pertença. Assim sendo, seria como se considerássemos que a partir do momento em que entram numa reunião ou mesmo quando falam fora dali mas na sua condição de membros, se despissem de tudo o resto e se assumissem apenas como sujeitos que têm um problema específico do qual todos partilham e apenas por essa via estão unidos. Elementos de identificação como o local de residência, a profissão, a escolaridade, o estado civil – que são distintivos de quem se é – são, naquele contexto, destituídos de toda e qualquer importância.

O que não significa, no entanto, que não estejam presentes. Propicia-se aqui, a existência de um espaço confessional dirigido especificamente a uma das áreas da sua vida, em que apenas determinados aspectos são relevantes e que é partilhado por todo um espírito de grupo em que todos têm consciência desta delimitação, quer em termos de espaço emocional que cada um dá de si próprio, de espaço temporal ou de espaço físico.

Quem somos nós quando não somos aquilo que os outros conhecem? O anonimato nas FA.

Este fenómeno só é possível de ser entendido desta forma se tivermos em consideração toda a carga emocional que lhe está implícita (e que está subjacente aos motivos pelos quais os indivíduos procuram uma reunião de FA: a adicção dos seus familiares) por um lado, e a questão do anonimato, por outro. A existência e salvaguarda do anonimato é, na realidade, aquilo que torna possível que toda a acção decorra e decorra deste modo: é uma das regras fundamentais da filosofia das FA¹².

¹² Transcrevem-se aqui as 11ª e 12ª Tradições das Famílias Anónimas por estarem (Families Anonymous, 1991) directamente relacionadas com o anonimato:

“11ª – A nossa política de relações públicas baseia-se mais na atracção do que na promoção: temos de manter sempre o anonimato pessoal ao nível da imprensa, rádio, cinema e TV. Temos de preservar com especial cuidado o anonimato dos nossos membros, assim como os dos membros de outros programas de recuperação.

12ª – O anonimato é o alicerce espiritual de todas as nossas Tradições, lembrando-nos sempre a necessidade de colocar os princípios acima das personalidades.”

Esta questão está relacionada não só com os motivos pelos quais os membros consideram que o anonimato é uma vantagem e uma necessidade mas também com aquilo que em si mesmo proporciona. Falamos aqui de anonimato não apenas na sua acepção mais comum e que se relaciona com a ausência do nome ou de uma qualquer forma de identificação dos indivíduos mas, na mesma medida, como uma forma de protecção a que os indivíduos recorrem neste contexto. Assim, é necessário compreendermos que o anonimato nas FA existe tanto para fora do grupo como dentro dele, apesar de, numa reunião, as pessoas estarem face a face.

Aprender o seu verdadeiro sentido neste contexto é o que nos propomos em seguida, não sem antes fazermos algumas considerações sobre o anonimato de uma forma geral e englobante.

O anonimato, o ser anónimo, está presente em todas as áreas da nossa vida, a maioria das vezes sem questionarmos a sua existência, a sua importância ou o seu significado. Vejamos alguns exemplos: quando recebemos uma chamada “anónima” no nosso telemóvel; quando ouvimos na rádio que a polícia recebeu uma denúncia anónima sobre uma qualquer situação; quando votamos somos anónimos; as designações comerciais das empresas: “PT - Sociedade Anónima”; os grupos de ajuda que estudamos aqui, que se designam como anónimos - Alcoólicos Anónimos, Famílias Anónimas ...

A opção de sermos/estarmos anónimos, não se reduz apenas àquilo que escrevemos¹³ mas sim a uma grande parte das áreas da nossa vida, assume diferentes aspectos conforme as situações e está directamente relacionada com a ausência de identificação da parte daquele que actua. Se o nosso nome é, *a priori*, aquilo que nos identifica perante os outros e perante a sociedade, a sua ausência possibilita-nos agir sem sermos identificados e responsabilizados pelos nossos actos, involuntária ou voluntariamente.

¹³ Como consta na definição de anonimato e anónimo: “ANONIMATO, nm. Qualidade ou condição do que é anónimo; sistema de escrever anonimamente. (Var. [p. us.]: anonimado); ANÓNIMO, adj. Sem nome; não assinado; que não tem o nome do autor; pouco conhecido; obscuro: artista anónimo; (Com.) diz-se da sociedade comercial que não é designada por nome ou firma, e sim por um título que designa o fim social ou a sua natureza; nm. aquele que não assina o que escreve; indivíduo sem renome, obscuro. (Dicionário Universal da Língua Portuguesa, 1998).

Concentremo-nos na questão da “ausência de um nome”: considerarmos que um indivíduo é identificado exclusivamente através do seu nome é demasiado redutor e simplista uma vez que as formas de identificação que temos ao nosso dispor são inúmeras e nem sempre estão relacionadas com qualquer tipo de nomeação. Assim, se considerarmos que podemos identificar ou reconhecer um indivíduo através do seu número de segurança social e de contribuinte, pelo seu e-mail, a sua morada, etc., realizamos que a identificação e o conhecimento que temos uns dos outros vão muito para além da possível forma de nomeação ou de referência que fazemos¹⁴.

Se aceitarmos que o anonimato é a condição a que um indivíduo recorre a partir do momento em que deseja agir sem que possa ser identificado, usufruindo de uma *capa* que o torna invisível mas, em que está, simultaneamente, activo e presente, interagindo sem ser (re)conhecido e, em consequência disso, responsabilizado ou julgado pelas suas acções, compreendemos que esta é uma questão muito mais complexa da que apresentamos aqui. O facto de podermos agir sem constrangimentos sociais de qualquer tipo é um factor que torna a recorrência ao anonimato apetecível, uma vez que o único juiz dos actos (enquanto são praticados) é próprio indivíduo, sem que haja qualquer tipo de inibições. Tal é tanto mais presente quanto maiores forem as sanções/pressões sociais e morais a que este está sujeito.

Invisibilidade poderá, neste contexto, ser o equivalente a falarmos de máscaras: se considerarmos que o uso de máscaras tanto esconde como revela¹⁵, compreendemos que o estar invisível ou, usando outra palavra, o estar inalcançável, é o grande objectivo daquele que, intencionalmente, recorre ao anonimato. Nissenbaum (1999:142) corrobora esta ideia quando diz: “o valor do anonimato não reside na capacidade de se permanecer incógnito, mas na possibilidade de agir ou participar mantendo-se fora de alcance, inalcançável.”

Este é um fenómeno que podemos verificar noutro tipo de circunstâncias: durante um jogo de futebol em que estamos como adeptos, numa aula em que vestimos o nosso papel de aluno ou de professor, etc.; a

¹⁴ Para um aprofundamento das formas de identificação vide Marx (1999).

¹⁵ Devemos a analogia entre o uso do anonimato e o uso de máscaras, ao trabalho de Valverde (2000), sobre o *tchiloli* em São Tomé.

questão é que neste contexto a divulgação desta condição, por um lado, ou a omissão de todas as outras áreas da nossa vida, por outro, é não só intencional como necessária. Apesar de estarem numa situação de face a face dentro de um local de reunião e em que poderíamos considerar não existir anonimato (considerado no sentido mais lato, de que não se sabe quem actua), verificamos como este existe e é mantido quando o agrupamento se desfaz assumindo então, outro tipo de contornos.

Num momento inicial de frequência das FA, o “não se ter de dizer quem se é” revela-se de extraordinária importância: o facto de os membros se juntarem para tratarem de um problema específico (que é comum a todos e por isso ali estão) e não para falarem de situações do quotidiano tendo que se expor – dizer quem são, o que fazem, onde vivem – é determinante. Vejamos um exemplo:

“O anonimato ajuda a que os grupos de entajuda funcionem porque ... eu vejo as coisas do ponto de vista de porque é que eu estou lá: eu estou lá porque eu tenho uma doença de co-dependência que se manifestou muito antes da toxicodependência do meu filho mas, sobretudo quando o problema dele se revelou. Agora imagina: se no momento em que eu fui pedir ajuda não houvesse anonimato, se eu tivesse encontrado lá a cantora pública - como já encontrei - o fulano tal que chega na reunião de Mercedes, o pobrezinho do lado; concerteza eu ia analisar o mesmo que faço no meu trabalho: quem fala, como é que fala, qual é o contexto. Quer dizer: o Presidente da República na televisão diz uma coisa, tem um impacto; o meu pai diz a mesma coisa, tem outro. Portanto, eu ia lá e ia fazer logo juízos de valor à partida: a fulana diz qualquer coisa e eu “claro, se eu tivesse o dinheiro dela, também teria feito” ou “o filho dela curou-se num mês e meio, claro, tinha psicólogo privado”; ou “a outra mora num bairro de lata e tem um marido alcoólico, o que é que a gente quer?” (M., Janeiro de 2003).

“o anonimato põe toda a gente igual, não há doutores nem engenheiros, nós estamos ali como iguais.” (A., Novembro de 2002).

“Eu há pessoas ali no grupo da ..., que frequento há 12 anos, que não sei quem são, não sei o que fazem na vida! Isto é anonimato.” (V., Fevereiro 2003).

Muito brevemente deve ser explicitado para que serve então o anonimato nas FA, o que o motiva e quais as vantagens que dele se retira.

Entende-se que o anonimato é garantia da salvaguarda da pertença dos membros a esta associação. É utilizado tanto para dentro como para fora do grupo, preservando-se que, dentro dos diversos grupos ele seja mantido apenas relativamente ao conteúdo das intervenções que foram feitas¹⁶. Para o exterior, o anonimato é utilizado como uma garantia não só do que é dito, de quem o disse e até de que o indivíduo *a* ou *b* ali pertence. Mais do que uma segurança relativa aos membros, ele é sentido como uma necessidade. Todos os indivíduos entrevistados e, mesmo aqueles que apenas têm sido acompanhados ao longo das reuniões, referem a *vergonha* e a *culpa* como os principais estigmas (cf. Goffman, 1988) que carregam consigo quando chegam a uma reunião.

“Na altura, [início da frequência FA] achei o anonimato fundamental porque estava cheia de vergonha, muito envergonhada com o que se estava a passar comigo, na minha vida.” (M., Janeiro 2003).

Um dos casos mais paradigmáticos desta ideia, foi-nos descritos por V. e passou-se na reunião que habitualmente frequenta, de há 12 anos para cá:

“(…) há 4, 5 anos, estávamos numa reunião aqui em ... das FA e entra um senhor pela primeira vez e sentou-se e, atrasada, veio uma senhora que era subalterna dele. Ele era director de um banco e ela era secretária dele. Ela já andava nas FA há muito tempo e ele não sabia disso; ele foi às FA porque tinha (e tem ainda) um problema com um filho e ela também tinha um problema com um filho e encontrou lá o director. Ele teve uma reacção assim um bocadinho coiso e tal e depois lá estiveram um bocadinho a falar.” (Fevereiro 2003).

Por ser um problema ambíguo em si mesmo, o anonimato funciona na perfeição: os membros têm vergonha e culpa por se sentirem falhados, que erraram na educação que deram aos seus filhos, por imputarem para

¹⁶ Apesar de existir uma identificação dos membros dentro de um grupo ou, através da sua frequência em vários grupos, o anonimato é, mesmo assim salvaguardado na medida em que, conhecendo apenas o primeiro nome, nem sempre se consegue estabelecer uma relação entre o nome da pessoa e quem ela realmente é.

si os problemas que os filhos têm e, por outro lado, sentem-se rejeitados e discriminados, julgados por essa condição. Tendo um espaço em que este tipo de comportamentos não se verifica e ainda lhes é pedido que, fora dali, não comentem nem quem viram, nem o que ouviram, consideram que estão à vontade para falarem desse aspecto da sua vida e têm a certeza que ninguém *para fora* irá saber disso, uma vez que *“lá fora as pessoas não percebem. Aqui eu encontro pessoas iguais a mim.”* (E., durante uma reunião).

“A gente chega aqui e vê que não estamos sozinhos. (...) Todos temos o mesmo problema, aqui sinto-me bem. Aqui é que estão as pessoas minhas amigas, é aqui que eu converso.” (C., durante uma reunião).

Com esta liberdade que lhes é proporcionada, os membros sentem que podem deixar cair as máscaras e falar, aberta e sinceramente desse tipo de problemas, para além de se sentirem ainda mais unidos pelo facto de terem um estigma que é reconhecido e assumido por todos de igual forma.

Por outro lado, não raras vezes se assistiu a situações, como aliás já foi referido anteriormente, de, estando presentes numa sala pessoas que não se conhecem por nunca se terem visto anteriormente, serem cumprimentadas efusivamente como se de amigos de longa data se tratasse, sendo considerados como “iguais”, ainda que, possamos pensar à primeira vista que são (e são-no, de facto) desconhecidos.

Diz-nos M.:

“Isso é que é a força. As pessoas que vão lá não vão lá para perder tempo; não há julgamentos mesmo, ninguém se arma em analista lá dentro e toda a gente despeja tudo e sabe que o pode fazer sem ser criticado, sem ser posto em discussão. Eu entrei ali a sentir que a culpa era minha e ali percebi que a culpa não era minha. Para as pessoas que não passaram por isto, isto não tem nenhum significado.” (Fevereiro de 2003).

Outro caso em que a salvaguarda do anonimato foi determinante, é ilustrado por um exemplo relatado e que se refere à curta existência de um grupo recém-formado. Aqui, o facto de não se conseguir assegurar o anonimato dos membros que assistiam às reuniões por se tratar de um meio

muito pequeno e em que as atenções estavam facilmente para ali dirigidas, fez com que não tenha sido possível quer o pleno funcionamento da reunião em si, quer a formação de um grupo enquanto tal. As pessoas que para aquele local se dirigiam eram imediatamente conotadas com as FA, pelo que os pais (ou outros familiares) daquela localidade, não se querendo expor, nem expor o seu problema, optaram por não participar.

O anonimato é ainda procurado de outras formas: uma das senhoras que é recém-chegada no grupo, referiu que o está a frequentar fora da sua área de residência por considerar que assim tem menos probabilidades de “encontrar alguém conhecido”. Tendo como principal preocupação o facto de se sentir julgada e avaliada a sua conduta como mãe – referiu, por exemplo, a sua profissão e a do seu marido, que lidam dia-a-dia com jovens com problemas, “*o que é que as pessoas vão dizer: aqueles dois, formados e com aquelas profissões não conseguem resolver o problema que têm em casa*” (M.C., durante uma reunião) – decidi procurar ajuda não só num local que não se inscrevesse na sua área de residência mas também que assegurasse que não ia ser confrontada com pessoas das suas relações. No caso desta senhora foi ainda interessante a referência que fez relativamente ao facto de ser necessário manter o estatuto que tanto ela como o marido têm socialmente, escondendo o problema de adicção do seu filho.

É aqui que o anonimato é dotado da sua maior expressividade (ainda que indirectamente): o laço que une os vários membros é não só o facto de “partilharem de problemas comuns” como é dito pelos próprios, mas, por saberem que as pessoas ali presentes os vão compreender e ainda, talvez, o que menos sobressai mas de igual importância, o partilharem de um anonimato para fora das reuniões. Poderíamos considerar que o anonimato é reificador de um elo “invisível” entre os indivíduos e actua no mesmo sentido que o estigma: unidos (e, segundo a sua perspectiva, compreendidos) pelo estigma mas também pelo anonimato. Em todos estes indivíduos se opera o mesmo processo de *omissão* da sua pertença a esta organização e, portanto, da informação que revelam de si próprios para o exterior.

O anonimato pode então ser entendido como um modo de gestão da informação que o indivíduo faz de si mesmo: eu posso falar de uma área específica da minha vida omitindo todas as outras por não serem relevantes nesse contexto, da mesma maneira que, fora de uma reunião, eu preservo o anonimato, isto é, a identificação dos meus companheiros, o que disseram

e aquilo que fazem ali, mantendo, simultaneamente o meu. Não é o “Pedro, engenheiro, casado, com 2 filhos, que vive na Amadora” que interessa, mas sim o “Pedro, pai de um toxicodependente”. O anonimato será então uma máscara que o membro coloca para si próprio quer dentro de uma reunião quer para fora, no contacto com o “mundo exterior” que sente que o julga.

Conclusão

Tentou-se ao longo deste texto analisar um contexto sob duas vertentes independentes, que aqui estão entrelaçadas mas que constituem, por si só, problemáticas interessantes a explorar. Por um lado, procurou mostrar-se de que forma é que a inserção num grupo com regras, conduta e filosofia próprias, se constitui como um adquirir de significados que estavam já presentes na “busca” que cada pessoa, por si mesma, faz, tendo como denominador comum os problemas de adicção de um familiar.

A entrada e permanência num grupo de FA, se inicialmente é formulada em termos de uma procura de solução para problemas muito específicos e delimitados pela sua própria natureza, assume, ao longo do tempo de frequência e de integração dos participantes na organização, um carácter de redefinição do sujeito, consciente da sua própria transformação, que passa a ser não só desejada como sentida como necessária.

À semelhança do que se verifica em contextos em que se operam processos de conversão, podemos afirmar que o “tornar-se” um membro de FA é igualmente uma passagem para uma outra dimensão do ser enquanto indivíduo, dentro de um colectivo no qual se renova e reformula. Tentou-se evidenciar, tanto através de uma descrição etnográfica que engloba estes processos como um todo, como salientando o anonimato como uma das dinâmicas fundamentais e constituintes da interacção entre os membros dentro e fora da organização, de que forma a existência de identidades paralelas se interpretam e apre(e)ndem consoante os cenários em que a pessoa se encontra. O anonimato revela-se, neste contexto, mais do que uma possibilidade de gerir a forma como o indivíduo se apresenta ao outro, um referente comum de interacção: uma opção e uma escolha que, necessariamente, determina o modo como toda a acção decorre.

Numa linha de análise futura, compreende-se aqui como o anonimato pode constituir-se como um conceito operativo que nos permita equacio-

nar sob novas abordagens, problemáticas já amplamente estudadas em ciências sociais: identidade, (modos/formas) de comunicação e interação.

Bibliografia

- Antze, P. 1996. Telling stories, making selves: memory and identity in multiple personality disorder. In: Antze P.; Lambeck, M. (eds.). *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. New York, Routledge: 3-24.
- Antze, P. 2003 (1987). Symbolic action in Alcoholics Anonymous. In: Douglas, M. (ed.). *Constructive drinking*. London, Routledge: 149-181.
- Davies, J. B. 1997. *Drugspeak: the analysis of drug discourse*. Netherlands, Harwood Academic Publishers.
- Dicionário Universal da Língua Portuguesa*. 1998. Lisboa, Texto Editora.
- Families Anonymous, Inc. 1991. *Hoje um caminho melhor*. Lisboa.
- Goffman, E. 1988 (1963). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- Kenny, M. G. 1996. Trauma, time, illness and culture: an anthropological approach to traumatic memory. In: Antze P.; Lambeck, M. (eds.). *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. New York, Routledge: 151-172.
- Marx, G. 1999. What's in a name? Some reflections on the sociology of anonymity. *The Information Society*, 15: 99-112.
- Nissenbaum, H. 1999. The meaning of anonymity in an information age. *The Information Society*, 15: 141-144.
- Prat, J. 1997. *El estigma del extraño: un ensayo antropológico sobre sectas religiosas*. Barcelona, Editora Ariel.
- Quintais, L. 2000. Liminaridade e metamorfose: uma reflexão antropológica sobre uma desordem psiquiátrica. *Análise Social*, 34(153): 985-1006.
- Valentim, A. 1998. Droga, dependência e sociedade: uma incursão (crítica) no campo do pensamento sobre as drogas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51: 137-169.
- Valverde, P. 2000. *Máscara, mato e morte em São Tomé*. Oeiras, Celta.